ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 9/7/2019
Aprovado em: 13/1/2020
Período de publicação: jan., 2021

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 6 • n. especial 16 • Jan. 2021)

Como citar o artigo:

GARZON, L. F. N; SILVA, D. S. da. Grandes projetos hidrelétricos e comunidades ribeirinhas na Amazônia: reconfigurações e ressemantizações. **Revista Terceira Margem Amazônia**. v. 6, n. especial 16, p. 53-64, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2021v6i16.ed.esp.p53-64

GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA: RECONFIGURAÇÕES E RESSEMANTIZAÇÕES

Luis Fernando Novoa Garzon[1]
Daniele Severo da Silva[2]

Resumo: O texto pretende demonstrar, a partir das consequências socioambientais dos grandes projetos hidrelétricos, como se processa mais um ciclo de apropriação de bens públicos na Amazônia. Os caminhos percorridos para o desenvolvimento desta pesquisa partiram de estudos bibliográficos, somados à pesquisa de campo que apontam para intentos de supressão dos sujeitos sociais baseados em territorialidades amazônicas. O recorte realizado nesta pesquisa possibilitou verificar como se delinearam as injunções espaciais dos empreendimentos hidrelétricos e seu alcance específico junto à Comunidade Maravilha. Nesse contato, percebemos divergências em relação ao discurso oficial das hidrelétricas e as narrativas dos que ali residem. Contudo, identificamos persistência no que tange à luta por reconhecimento sociocultural, envolvendo aspectos sociais, políticos e econômicos.

Palavras-chave: grandes projetos de infraestrutura, conflitos socioambientais na Amazônia, comunidades ribeirinhas, lutas por reconhecimento, justiça ambiental.

LARGE HYDROELECTRIC PROJECTS AND RIVERSIDE COMMUNITIES IN THE AMAZON: RECONFIGURATIONS AND RESEMANTIZATIONS

Abstract: The text intends to demonstrate, based on the socio-environmental consequences of large hydroelectric projects, how another cycle of appropriation of public goods in the Amazon is taking place. The paths taken for the development of this research started from bibliographic studies, added to Field Research that points to attempts to suppress social subjects rooted on Amazonian territorialities. The extract explored in this research made it possible to verify how the spatial injunctions of hydroelectric projects were outlined and their specific reach to the Maravilha Community. During this interaction, we noticed divergences in relation to the official discourse of the hydroelectric and the narratives of those who live there. However, we identified persistence in terms of the struggle for socio-cultural recognition, envolving social, political and economic aspects.

Key words: major infrastructure projects, socio-environmental conflicts in the Amazon, riverside communities, struggles for recognition, environmental justice.

[1] Cientista político, D. Sc. em Planejamento Urbano e Regional, professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, R. E-mail: l.novoa@unir.br,
http://orcid.org/0000-0003-2280-7959

[2] Socióloga, Especialização em Sociologia e Ensino de Sociologia, Professora da Secretaria de Estado de Educação de Rondônia (Seduc), Porto Velho, RO. E-mail: danielessevero@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8922-0039

Introdução

A implantação de grandes projetos agropecuários, minerais e hidrelétricos serviu de esteio para mais um ciclo de apropriação econômica e de expropriação social na região amazônica. Procuraremos destacar as visões e universos cognitivos que sustentaram esses processos expropriatórios, bem como aspectos da territorialização empresarial[3] promovida na Bacia do Rio Madeira a partir da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e da instalação de terminais portuários graneleiros entre 2008 e 2018.

Fica evidente que a expropriação da Amazônia e de seus usos e imaginários sociais vincula-se à expropriação da capacidade de percepção e inteligibilidade do território recriado. Podemos observar os resultados de cinco décadas de privatização e tecnificação do território amazônico em termos de sua sociobiodiversidade somente suprimíveis à custa de extrema violência material e simbólica. Demonstrar, pois, como avançam as diversas frentes de espoliação (HARVEY, 2005) ou de acumulação primitiva permanente (BRANDÃO, 2011), que se multiplicaram na Amazônia, é fazer com que as políticas de desaparição social das novas "classes perigosas" apareçam como dispositivos de poder e possam assim ser confrontados.

O "progresso", tal como um anjo exterminador, deixa sua marca por onde passa. Após a grande cheia do Rio Madeira em 2014, magnificada pelos reservatórios das hidrelétricas que operavam com capacidade máxima na ocasião, comunidades ribeirinhas centenárias passaram de repente a ser consideradas "assentamentos vulneráveis", comunidades situadas em "área de risco", passíveis, portanto, de remoção compulsória. Nenhuma palavra sobre as causas geradoras da expansão das "áreas de risco" ao longo da calha do Rio Madeira. Bastou o enquadramento e a classificação para que novos processos de "limpeza social" dos indesejáveis (WACQUANT, 2001) fossem empreendidos. Uma dessas comunidades marcadas pelo estigma foi a Comunidade Maravilha, situada no entorno urbano de Porto Velho. O xis desenhado nas casas, indicador de remoção, simboliza também um alvo. Trata-se de mais uma contagem regressiva na Amazônia, contagem engatilhada por grandes projetos privados viabilizados com recursos públicos e frouxidão institucional. Essa é a fórmula consensual, nas últimas décadas, para incorporar a região amazônica de forma integral aos circuitos operacionais dos oligopólios privados transnacionais.

As hidrelétricas no Rio Madeira representaram uma peça-chave do PAC, que foi mais um programa de aceleração do crescimento do que está em vigor: desigualdade, concentração do capital, desindustrialização. O PAC reproduziu a lógica da IIRSA[4] no plano interno, uma demonstração de subordinação ativa da economia nacional aos mercados internacionais. Mas que soberania resta a um país convertido em uma incubadora de plataformas de exportação?

[3] Territorialização que se consolida com a intensificação do Rio Madeira como escoadouro de *commodities* produzidas em escala e homogeneidade proporcionais à devastação de biomas e territórios tradicionais neles adscritos.

[4] A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) não se limitou a criar espaços para o planejamento e o financiamento da infraestrutura física regional. Junto com as obras vêm as reformas nas regulamentações setoriais que terceirizam o controle sobre nossos territórios. É o sacrifício de políticas públicas e dos direitos da população se tornando condição para a viabilização econômico-financeira dos negócios das grandes empresas no continente (KLEPA; NOVOA GARZON, 2017).

O discurso oficial, também público-privado, alega que o aumento da potência instalada do País pela via hidroelétrica, e pelo Madeira em especial, seria a alternativa mais barata e mais limpa à disposição. É mais barato produzir energia em grande escala na Amazônia para depois depender de dispendiosas linhas de transmissão com mais de 2.500 km de extensão? Pode ser considerada limpa uma energia que compromete o fluxo do maior afluente do Rio Amazonas, a qualidade da água, a cadeia alimentar dos peixes em toda sub-bacia, que favorece a proliferação da malária e a contaminação por mercúrio, que produz o deslocamento de milhares de pessoas, que desfecha um golpe fatal sobre as culturas tradicionais e que produz caos e desorganização nas cidades no entorno?

A democratização do acesso à energia no Brasil não deveria ficar a reboque da expansão de cinturões primário-exportadores. Se não problematizarmos o perfil da demanda e o modelo de desenvolvimento vigente no País, estaremos sempre à beira de um próximo apagão e dispostos a sacrificar novamente o que for necessário. Mas necessário para quem? A alternativa que não se permite conceber é a adoção de um planejamento público do setor energético nacional voltado a outro padrão de desenvolvimento, com múltiplas pequenas escalas até agora desconsideradas.

A Comunidade Maravilha passou a ser afetada duramente logo após o fechamento das comportas em 2012. Um conjunto de desbarrancamentos nas duas margens do rio quilômetros abaixo inviabilizou as barrancas do Rio Madeira como área de reprodução econômica, social e cultural das comunidades ribeirinhas. Ao mesmo tempo se intensificaram ações de incorporação dessas áreas por empresas que fornecem serviços de transporte e logística hidroviária (eixo Porto Velho-Manaus), além da especulação imobiliária e da grilagem sobre as terras de posse tradicional, que ganhou corpo com a construção da ponte sobre o Rio Madeira no fim de 2013.

Ao demonstrar como avançam as diversas frentes de espoliação na região é preciso não perder de vista a necessidade de inquirir sentimentos e identificações que alimentam esse processo de inviabilização das comunidades tradicionais: a ostentação narcísica e hedonista e a indiferença estrutural frente ao destino dos que foram deslocados em nome de uma pretensa modernização econômica.

Caminhos metodológicos

A metodologia está voltada a uma abordagem etnográfica, realizada por meio de pesquisa por entrevista, onde a incidência é a sequência etnográfica pertinente para apreciação. Nossa reflexão se deu a partir da dinâmica temporal na qual se formou cada encontro (BARBOT, 2015).

Para a composição do corpus do trabalho, em primeiro plano, realizou-se uma busca por referenciais teóricos que nos auxiliassem na interpretação da materialidade encontrada, de modo a sustentar a análise final dos dados. Todas as etapas (revisão bibliográfica, trabalho em campo, bem como análises realizadas) contribuíram para as premissas ora apresentadas. Pode-se perceber, por meio desse método, que os encontros para aplicação da técnica da entrevista são de suma importância, uma vez que, até o momento deste evento, diversas etapas ocorrem, como, por exemplo, a organização do sequenciamento de encontros. Práticas desse perfil demonstram que temos que permitir diversas possibilidades ao entrevistado, por exemplo, se um encontro é inviabilizado, devemos estar programados com outros sequenciamentos.

Com base na matriz conceitual e metodológica da equidade ambiental, procuramos evidenciar que a dimensão ambiental não pode ser avaliada de modo separado da dimensão social e cultural, uma vez que essa dicotomia pode retirar inteligibilidade de efeitos/impactos que são recíprocos e inextricáveis. Por isso, nossa pesquisa só pode ser realizada de modo participativo, isto é, incorporando a percepção dos grupos sociais potencialmente atingidos ou já atingidos.

Em cada comunidade-alvo deve-se processar um diagnóstico interativo com resultados diferenciados, como veremos a seguir, de acordo com o tipo predominante de efeito da construção das UHEs, o perfil social dos grupos afetados e seu grau de organização, mais ou menos autônomo.

A pesquisa qualitativa procurou seguir os meandros da narração pessoal, observando como os sujeitos, no caso, membros representativos da Comunidade Maravilha, avaliam as novas ameaças em seu entorno, como valorizam suas próprias ações e como relacionam suas trajetórias com a situação presente. A caracterização dos problemas sociais e ambientais da comunidade é atravessada por conflitos ambientais. Cabe, portanto, o esforço para examiná-los enquanto tais e traduzi-los como problemas próprios das ciências sociais em que "o discurso/palavra/linguagens expressas pelos atores sociais em documentos, falas, entrevistas, tabulações estatísticas, questionários, eventos públicos, etc. constituem o próprio material da pesquisa." (ACSELRAD, 2004, p. 3)

No entanto, tivemos alguns estrangulamentos no decorrer do processo de diálogo, e foi possível perceber que alguns moradores evitaram que tal processo chegasse ao seu ápice, não nos concedendo entrevista, o que torna perceptível como se dão as interferências dos grandes empreendimentos no cotidiano das comunidades afetadas.

Ocorre que muitos se percebem sem possibilidades de continuar na comunidade, visto que o modo de vida transformou-se drasticamente para os que ali habitam. Tornam-se ainda mais compreensíveis as negativas de concessão de entrevista (mesmo que de forma indireta) quando evidenciamos nos discursos de nossos interlocutores particularidades singulares ao grupo, demonstrando, conforme veremos, que há movimento das pessoas e dos grupos que em Maravilha habitam.

Por fim, compreendemos a entrevista, processo de interação social entre o entrevistador e os entrevistados, como um momento ímpar para a coleta da nossa materialidade, entrevistas essas devidamente gravadas e analisadas com sustentação em nossa base teórica.

Amazônia como território-reserva

Na Amazônia se manifestam, em termos de novas morfologias espaciais e sociais, as consequências das últimas fusões e aquisições dos grupos econômicos especializados no processamento de recursos naturais. A feição da região para a qual confluem fronteiras agropecuárias, minerais e de infraestrutura prefigura a feição do regime de acumulação predominante no Brasil. A condição de fornecedor multiforme de insumos cruciais nas diversas cadeias de valor, em larga escala, com estabilidade macroeconômica e regulatória, se articula com a condição de abrigo certificado para investimentos que retroalimentam a "vantajosa" especialização referida, procu-

rando obter autorização regulamentar para incorporação de novas fronteiras de acumulação, seja pela abertura dos serviços de infraestrutura, pelo uso incondicionado dos recursos naturais ou pelo infindável parasitismo da dívida pública.

A incorporação da Amazônia tal como vem sendo processada nas últimas décadas implica na cristalização da condição de suplementaridade econômica do País como um fim em si mesma. Essa seletividade reversa (pró-primarização) significa proceder à poda prévia de cadeias de valor incompletas, mal iniciadas, potenciais. Abdica-se de qualquer avanço nas habilitações pós-industriais para recuar de forma pragmática e curto-prazista para os setores de fornecimento e de insumos com uso intensivo de recursos naturais. Ganhar pela escala e pelo volume significa perder o halo essencial que garante autonomia e trajetória consciente. Eis o que significa o limiar da Amazônia, a sua negação completa como infindo manancial de sociobiodiversidade.

Desse modo, a região amazônica tem otimizado o perfil produtivo neoextrativista (GUDYNAS, 2015) do País que depende crescentemente da flexibilização de direitos territoriais, de normativas ambientais e da precarização da força de trabalho. O lugar dos capitais na fila das incorporações territoriais é sempre negociável: a abertura de fronteiras para novos e mais profundos negócios com bens/direitos sociais e ambientais depende do grau de interpenetração entre capitais e Estado e do alcance das bonificações mútuas.

A história da "captura" de agências públicas relacionadas a outorga, uso e exploração de recursos naturais, particularmente após o ano de 1990, é o pano de fundo de desastres socioambientais em série no Brasil, sendo a Amazônia palco contumaz de deletérios experimentos, como as hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, e o recorte e fragmentação de UCs e áreas protegidas.

Justamente nessas áreas é que, no segundo semestre de 2019, concentraram-se focos de queimada e avanço do arco do desmatamento (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2019). O complexo hidrelétrico do Rio Madeira alongou o corredor de devastação da BR-364 na porção norte de Rondônia, em parte do Acre, além da região fronteiriça boliviana e peruana. A UHE Belo Monte emitiu ondas adicionais de devastação em torno do raio da frente "pioneira" da Rodovia Transamazônica, partindo de Altamira e São Félix do Xingu. A pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) submeteu a floresta e seus povos aos determinantes da otimização desse granoduto rodoviário em que se estendem municípios feitos de soja, como Novo Progresso – de onde partiu, não casualmente, a convocatória do "dia do fogo". Em Serra Carajás Sul, nos marcos da nova pilhagem mineral da Vale a serviço de irrecusáveis encomendas externas, o fogo é sinal de saqueio conjunto, negociado e autorizado.

A Amazônia paga o maior preço pela entronização desse modelo de desenvolvimento centrado na extração e no processamento básico de recursos naturais, alimentando extensiva e intensivamente sua fornalha. O desmonte do licenciamento ambiental, do Código Florestal, além de medidas de regularização da grilagem e o subsequente sucateamento dos órgãos de controle e fiscalização, tem por objeto a abertura ilimitada da fronteira de acumulação na Amazônia. Reconcebida assim por programas governamentais e empresariais, a Amazônia torna-se um leque de enclaves instalados e por instalar. Grandes empresas localizadas na região ascendem como fornecedoras mundiais de larga escala (*global supplier*) de matérias-primas e para isso contam

com a maleabilidade crescente dos marcos regulatórios dos setores de energia, mineração e de infraestrutura, além da celeridade dos processos de apropriação e internacionalização de terras (*land grabbing*) (FLEXOR; LEITE, 2017).

A crescente tecnificação do espaço amazônico em prol de sua funcionalidade para os fluxos exportadores de *commodities* tem como premissa transformações irreversíveis de biomas e culturas entrelaçadas. Não são previstos processos de transição da estrutura produtiva e das formas de organização social. O tempo vazio e acelerado (ROSA, 2016) se acopla ao espaço esvaziado de vivências e memórias anteriores, em negação de qualquer alteridade não mercantil (SPIVAK, 2010).

Nessa ótica autolegitimada, presume-se que exista um patamar civilizatório superior originário autorreferente, pressupõe-se a existência de um nível econômico-tecnológico superior, ocidental e capitalista, como se não houvesse outras civilizações e modos de vida respeitáveis ou merecedores de tratamento digno.

A chantagem é duplicada sobre os territórios que recepcionaram bolhas de crescimento das grandes obras. A desestruturação social e ambiental promovida pelos chamados projetos "estruturantes", como o "Complexo Hidrelétrico Madeira", prepara, de fato, novas estruturações e especializações espaciais e territoriais. A região, incorporada agora como província hidrelétrica, representa um marco superior de capitalização, não só pelo volume de recursos privatizados, mas pelo que franqueia em termos de novas disponibilizações territoriais a partir da prévia anulação de subjetividades coletivas, formadas e recriadas ao longo desse grande rio amazônico.

A capacidade diferencial de representação de interesses, por parte dos setores de *commodities*, contrasta com a capacidade das populações locais de incidir na pretensão mínima de fazer cumprir marcos protetivos elementares. Trata-se de ***modus operandi* político-econômico que se vale ora do assistencialismo e de políticas semipúblicas (responsabilidade social-empresarial), ora da repressão e vigilância de organizações populares**. A discricionaridade que foi franqueada às empresas nas últimas concessões minerárias, energéticas e dos setores de infraestrutura – especialmente a partir de 2016 – seguramente não se justifica por algum tipo de amadurecimento social e institucional das concessionárias privadas.

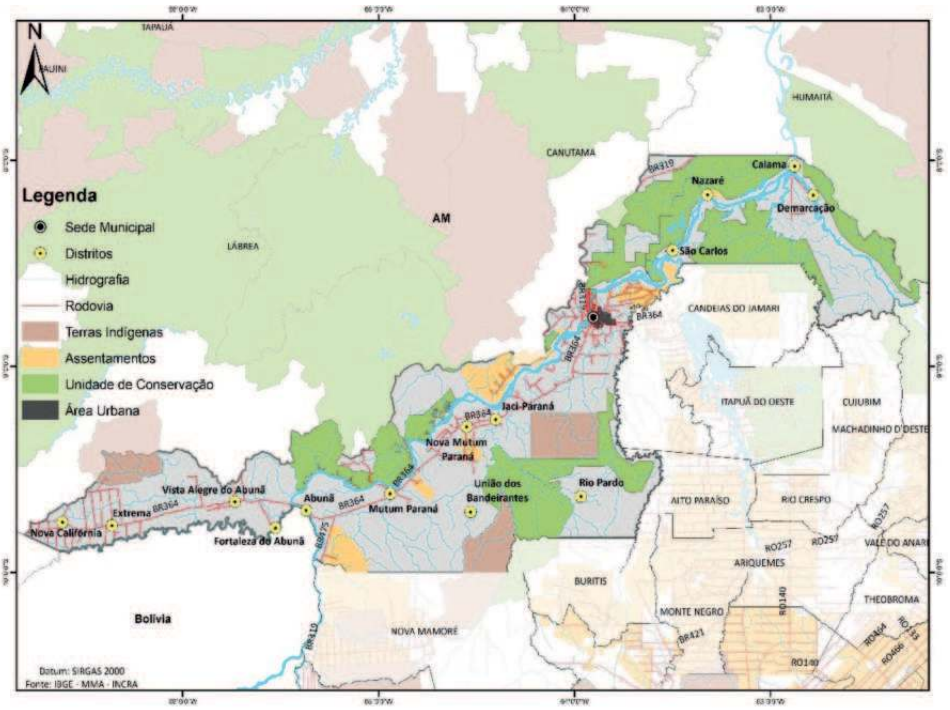
O cenário se agrava na conjuntura recente com o estabelecimento da política de desinstitucionalização e desconstitucionalização de direitos e salvaguardas ambientais a partir de 2016. Medidas provisórias e emendas constitucionais têm formalizado o aproveitamento econômico incondicional de terras, jazidas e recursos hídricos na Amazônia, inclusive em terras indígenas, suspendendo a vigência de direitos territoriais reconhecidos no Brasil e no mundo. Os *lobbies* vinculados a esses setores alegam que empreendimentos aprioristicamente voltados para o "progresso" e a "geração de empregos" não devem ser submetidos a avaliações sistemáticas de seus efeitos sociais e ambientais a partir de critérios previamente definidos. Querem a excepcionalidade como regra de investimentos concebidos e embalados para produzirem tão somente lucros extraordinários para controladores e coligados que procuram desse modo se imunizar de qualquer escrutínio técnico ou social. Ora, empresas que não admitem parâmetros de regulação de conduta, que não aceitam prestar contas para a sociedade e o meio ambiente: o que pretendem e o que tendem a perpetrar senão crimes ambientais e sociais? Empresas que destroem modos de vida e

fontes perenes de renda, que sonegam informações e medidas protetivas para a população não deveriam ser enquadradas e taxadas como perigosas, criminosas e corruptas?

Ribeirinho da Maravilha: conceito e empiria

A Comunidade Maravilha está situada no Município de Porto Velho, estado de Rondônia, 6 km a jusante da Usina Hidroelétrica (UHE) Santo Antônio, margem esquerda do Rio Madeira, como se pode verificar na área hachurada em vermelho do mapa do município de Porto Velho (Figura 1).

Figura 1. Município de Porto Velho.



Fonte: Processo de revisão do Plano Diretor de Porto Velho, (2019)[5].

Logo após o início da operação das hidrelétricas no Rio Madeira, em 2012, a área ribeirinha urbana e periurbana de Porto Velho foi fortemente impactada pelo novo tipo de vazão do Rio Madeira. As duas margens do Rio Madeira, na área imediatamente abaixo das hidrelétricas, foram desestabilizadas pela nova dinâmica hidrossedimentológica criada pelas usinas com predomínio de sedimentação acima dos lagos e de erosão abaixo deles (PEREIRA *et al.*, 2015). Em poucos meses de operação dos empreendimentos hidrelétricos, barrancas de rio ocupadas secularmente por comunidades ribeirinhas foram inviabilizadas. Foi comprometida ainda a própria orla da cidade de Porto Velho, incluindo o complexo histórico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Some-se a esse cenário a intensificação de ações de incorporação econômica da hidrovia do Rio Madeira por empresas que fornecem serviços de transporte e logística. Empresas essas vinculadas ao complexo sojeiro, que se dedicou, nos últimos anos, a incrementar seus fluxos

[5] Disponível em: https://planodiretor.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2020/07/27807/1595601912volume-7-pai-rev--04out.pdf

exportáveis pelo eixo hidroviário Madeira-Amazonas. Completa esse quadro de tendências centrífugas, sem regulação ou planejamento socioambiental integrado, a construção, em 2013, da ponte sobre o Rio Madeira na BR-319. O livre acesso à margem esquerda do rio e a instalação de um nucleamento urbano no platô acima do Lago Maravilha (batizado de Vila do DNIT) fez com que a Comunidade Maravilha passasse a ser definida pelos vetores da grilagem e da especulação imobiliária, incluindo ocupações clandestinas e o aumento da criminalidade. Os megaempreendimentos e demais obras associadas impuseram reestruturações forçadas na forma como esses sujeitos relacionavam-se entre si e como se vinculavam à várzea do Rio Madeira.

Preliminarmente nos deteremos na classificação de "ribeirinho", ou seja, sobre o peso diferenciado dessa designação em distintos contextos situacionais, principalmente como se autodefine o comunitário de Maravilha e como se coloca frente aos espelhos postos diante dele. O ribeirinho do Rio Madeira, assim considerado como uma derivação de sua localização geográfica, não pode ser senão uma categoria descritiva aproximativa. Propomos, em vez disso, realizar uma reflexão a partir do reconhecimento da alteridade posta em questão e sob ameaça. A abertura da pesquisa para práticas socioculturais específicas pressupõe uma escuta não apenas de falas individuais entrecortadas, mas a escuta de todo um processo cosmológico, ainda que em desmoronamento. O que possibilitou essa leitura foi o contato direto com moradores da comunidade que resistem aos efeitos continuados gerados pelos grandes empreendimentos.

A partir de narrativas de representantes das primeiras famílias a se constituírem no local, pudemos identificar um "nós" distinto existindo em meio à trajetória dos acontecimentos aqui narrados:

> Veja como formou a comunidade, como nasceu a comunidade. A comunidade do Maravilha (...) é uma comunidade de população tradicional, que sempre viveu basicamente da farinha, a fabricação da farinha. Do plantio de roças, entendeu? Muitos nativos aqui têm, sempre fizeram roça, né? Desde muito tempo. (...) E a outra atividade daqui dos nativos é a pesca. Extremamente ameaçada agora por causa (...) dos empreendimentos de Santo Antônio e Jirau. As usinas, no caso, que aí prejudicou a pesca, assim como prejudicou também a cultura de 'vazea' [várzea], porque acabaram-se as praias, né? E não tem como plantar na 'vazea', se não tem 'vazea'. (MORADOR X)[6].

Percebemos um intento de autoafirmação retroativa, quando colocados diante do espelho desfigurador dos grandes empreendimentos. Os calendários culturais que garantiam a reprodução física e cultural, ao serem inviabilizados, se tornam simultaneamente memória (saudade) e demanda de futuro (esperança). Ao passo que nomenclaturas como "ribeirinho" ou "população tradicional" vão se tornando impregnantes, havendo a necessidade de discutir os caminhos dos agenciamentos identitários.

Comunidades tradicionais somente são entendidas em sua indissociabilidade com seus espaços vividos, os territórios. Diversos empreendimentos interferiram na reprodução físico-cultural-territorial desses povos, desde pavimentações de rodovias até construções de hidrelétricas.

[6] É necessário destacar que todas as referências a nomes dos entrevistados são substituídas por letras do alfabeto, escolhidas aleatoriamente. Tal procedimento foi utilizado com vista a resguardar a identidade dos entrevistados, considerando as ações e pretensões higienistas da Defesa Civil do estado de Rondônia e do município de Porto Velho.

Os empreendimentos hidrelétricos atuaram de forma incisiva na conduta desses ribeirinhos. Ao ouvir representantes familiares (reputados dessa forma pelas famílias), notamos que há uma luta simbólica, já conflagrada, pelo direito de existir singularmente em cenário de negação das possibilidades de viver na barranca do Madeira, de plantar, cultivar em sua várzea rarefeita, de pescar o peixe para comer e para vender, de trafegar com sua canoa, de traçar e retraçar laços parentais e de afeto. Relatos como este que segue contribuem para uma reflexão de tais constatações.

> Aqui a gente ainda continua, a gente trabalha aqui, a gente planta as 'coisa' da gente. Apesar que a água matou tudo, mas nós 'tamo' aqui. (...) A renda vinha da farinha, de verdura era o que a gente vendia, de cupú, pupunha, biribá, tudo a gente vendia pra sobreviver. Aí acabou tudo, agora a gente tá começando tudo de novo. A renda vinha da farinha e era pouco. (...) Pois é, foi assim: faz (...) anos a alagação e eu fiquei assim cuidando, ele [o filho] me ajuda. (MORADOR Z).

Como ser ribeirinho em um rio mecanizado

As narrativas revelam a sensação de impotência e humilhação de moradores que passaram anos sendo completamente ignorados por aqueles que mudaram drasticamente suas condições de vida: as empresas concessionárias e o poder público. Percepção de orfandade que se fez sentir ainda mais forte após a fragilização das bases agroextrativistas dessas comunidades, após a instalação das UHEs no Rio Madeira.

Consideramos, ademais, com base nos depoimentos, uma determinada morfologia ou estratigrafia da Comunidade Maravilha a partir das propriedades ou posses que se perfilam em corredores, em média de 2,5 km de comprimento por 1 km de extensão, ao longo do Rio Madeira. Existe a referência à terra e a sua posse específica, mas o território referido nas falas se aviva nas práticas sociais comunitárias, nas temporadas e roteiros de pesca, nas coletas de açaí, castanha, pupunha, tucumã e frutas como cupuaçu e biribá. A vinculação com o território seria, nesse sentido, cosmográfica, uma vez que "inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele" (LITTLE, 2002, p. 4). Elementos que são fortemente destacados no relato que segue:

> no Maravilha tem muita coisa boa. Tem quiabo de primeira, o biribá, que é maravilhoso, tucumã… eu acho que nem Rondônia inteiro, ninguém, consegue exportar tucumã que nem aqui, nessa região do Maravilha. Tem muito tucumanzeiro, então… são fontes de renda que não são exploradas, pois são pouco conhecidas (MORADOR X).

O olhar que temos e os laços que firmamos são construções sociais e simbólicas que vão se estruturando e compondo nossa visão de mundo. Os processos não são homogêneos, e as formas de olhar sobre o que seja "bom para viver" são díspares. Percebemos que as memórias dos moradores resultam de inúmeras vivências e práticas reiteradas que se davam nos momentos de preparo da mandioca ("farinhada") e das coletas conjuntas. Nota-se, a partir desses relatos, que as comunidades ribeirinhas amazônicas antes dos últimos ciclos de modernização compulsória seriam perfeitamente compatíveis com a acepção de "sociedades de afluência" (SAHLINS, 1972).

O ribeirinho, antes potencialmente um titular de direitos, é convertido, no pós-desastre das hidrelétricas, em flagelado à mercê de políticas emergenciais e assistenciais, quando muito. Maneira cômoda para os causadores e beneficiados de última instância de apagar os rastros de crimes sociais e ambientais. Entram em cena a Defesa Civil e a Polícia Ambiental com suas medidas evacuatórias aplicadas em nome da segurança das pessoas e do meio ambiente sem pessoas.

A forma de lidar com comunidades submetidas a transições forçadas, sem qualquer tipo de diálogo e sem reconhecimento de direitos, é recolocar a memória do vivido como plataforma mínima de diálogo e reconhecimento. Não desistir dos vínculos é ponto de partida para posteriores autodefinições, sempre dinâmicas, articulando-se com as novas necessidades aportadas e com escolhas aproximativas acerca do que mais convenha à maioria dos moradores da comunidade. Na Comunidade Maravilha, esse ensaio de reinvenção se faz presente:

> 'Beraderos' [são] que nem esses (...) é essa força de continuar lutando que elas não vão sair dali (...) entendeu? (...) rapaz, nós 'tamos' lá, o barranco acabou. Mas a casa dele tá bem [não desabou] e o "não vamos desistir" é que tá motivando essa galera toda que tá aqui, entendeu? (...) ali e a beira do rio tá aqui oh! (...) "nós não vamos desistir", então é esse o contexto (MORADOR X).

Dado o exposto percebemos que o termo *beradeiro* foi atribuído a partir da necessidade de luta que os moradores tomaram para si (chamaremos aqui de "consciência para si") os processos que foram colocados, que lutam para manter suas referências e suas construções simbólicas. Essa reconstituição de si enquanto parte de uma comunidade tornou-se mais evidente após a grande cheia de 2014, em que várias famílias perderam suas casas, plantas, fruteiras, mirantes e portos de atracação de suas canoas. Podemos identificar que esses elementos serviram para fortalecer a relação dos moradores com o lugar e o tempo socializados em um território.

Little (2002) ressalta a importância de regimes comuns de convivência e trabalho na constituição identitária dos grupos. Isso fica claro ao pensarmos na categoria ribeirinha, essa "nomeação", a princípio se dá de "fora para dentro", ou seja, o termo ribeirinho se fortalece com a chegada dos empreendimentos hidrelétricos e com a circulação de novas formas organizativas e políticas. Da perspectiva das comunidades tradicionais que viveram e vivem ao longo do Rio Madeira, conforme se pôde observar nos depoimentos obtidos e em registros anteriores (SILVA; ALVES FILHO, 2002; KLEPPA; NOVOA GARZON, 2017), a autodesignação principia como *beradeiros*.

Percebemos que o ímpeto de luta pelo território tornou-se inerente à vida dos que ali permanecem, não comparecem de forma explícita pautas ou bandeiras dos movimentos sociais, mas também não existe conformismo, ao contrário, os moradores de Maravilha expressam uma identificação muito forte com seu território e não consideram deixar suas moradias e vidas. Na prática, observamos que está em curso um processo de ressemantização da etnicidade (ARRUTI, 2003) em meio aos efeitos desestruturadores dos grandes projetos, as definições e autodefinições são recolocadas e reinventadas, conforme podemos observar a seguir:

> A comunidade vivia da agricultura e da pesca (...). As terras mudaram, o clima já não é mais tão fácil de produzir, né? Peixe já não tem mais (...) tem gente que não consegue nem comer, ainda mais pra vender (...) Antigamente era melhor, a gente produzia

> mais, vendia mais, que a terra era boa. Hoje não sei por que, acho que devido a essas 'alagação', depois da alagação eu não achei que a terra ficou tão boa e 'de primeiro' era melhor, a gente não usava assim nenhum adubo químico nem orgânico, que a terra já era boa (...) não existia tanta praga. Hoje já existe demais (...) Muito dos nossos vizinhos por aí pescavam, plantavam roça, plantavam lavoura, tinha muitas frutas na época antes da enchente hoje acabou tudo (...) Hoje tá difícil, da agricultura mesmo aqui só dá pra sobreviver mesmo. Muito difícil (...) pode ver que alguns tá na agricultura, todo mundo pega sua motinha, seu carro e olha: pra cidade (MORADOR M).

Os remanescentes pós-hidrelétricas atestam sua condição de estrangeiros em seu próprio país, párias sociais, sem lugar na cadeia evolutiva do "progresso", verdadeiros refugiados do desenvolvimento. A lógica da espoliação que marca os megaprojetos retira o que antes proporcionava autonomia e multiplica vetores de dependência que acentuam o assalto inicial. Sem navegabilidade segura para pequenas embarcações, estradas são demandadas para a circulação, dessa forma difundem-se o desmatamento, o parcelamento irregular de lotes e demais dinâmicas centrífugas típicas da periurbanização nas cidades amazônicas.

Apesar da violência e celeridade das agendas verticais impostas pelos grandes negócios na Amazônia, as comunidades tradicionais não cessam de representar o mundo ao seu modo, buscando reconstruir suas memórias no presente-futuro por meio de suas novas apostas e lutas por reconhecimento. Enquanto o Rio Madeira vai sendo incorporado por ciclos econômicos exógenos, tramas clandestinas vão sendo refeitas. A difícil (r)existência (PORTO-GONÇALVES, 2004) se coloca não somente no esforço da reconstrução material de fontes de renda, mas também na reconstrução cognitiva e afetiva, no sentido da reapropriação social de futuros possíveis.

Referências

ACSELRAD, H. **A crítica do empirismo e a construção do objeto científico**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004. Mimeografado.

ARRUTI, J. M. **O quilombo conceitual**: para uma sociologia do artigo 68. Texto para discussão Projeto Egbé − Territórios Negros (KOINOMIA). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2003.

BARBOT, J. Conduzir uma entrevista de face a face. *In*: PAUGAM, S. (Org.). **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BRANDÃO. C. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 120, p. 17-37, 2011.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. *In*: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. F. (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 20-39.

GUDYNAS, E. **Extractivismos** − ecología y economía política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Novo arco do desmatamento: fronteira de destruição avança em 2019 na Amazônia. **Direto do ISA**, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-arco-do-desmatamento-fronteira-de-destruicao-avanca-em-2019-na-amazonia. Acesso em: 20 jan. 2020.

KLEPPA, L.; NOVOA GARZON, L. F. Comunidades ribeirinhas deslocadas e alocadas: resgatando o patrimônio socioambiental do rio Madeira. **Revista Aluá**, v. 1, p. 100-109, 2017.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma Antropologia da territorialidade. Brasília, DF: UNB, 2002. (Série Antropologia).

PEREIRA, A. T. K.; LEAL, G. da C.; GAMA, J. G. e; CARVALHO, D. C. de; FREITAS FILHO, J. S. de F.; LACERDA JÚNIOR, J. de M. Processos erosivos das margens do rio Madeira a jusante da UHE Santo Antônio em Porto Velho. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 21., 2015, Brasília, DF. **Segurança hídrica e desenvolvimento sustentável**: desafios do conhecimento e da gestão: anais. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. (Org.). **O campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela : Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254.

ROSA, H. **Alienacíon y aceleración** − hacia una teoria crítica de la temporalidad y la modernidade tardia. Madri: Katz Editores, 2016.

SAHLINS, M. **Stone age economics**. Nova York: Aldine de Gruyter, 1972.

SILVA, J. da C.; ALVES FILHO, T. O viver ribeirinho. *In*: SILVA, J. da C. (Org.). **Nos banzeiros do rio**. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2002.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.